

MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: BARREIRAS LINGUÍSTICAS, SOCIOCULTURAIS E OUTROS DESAFIOS DO PODER PÚBLICO NA RESPOSTA A CRISES HUMANITÁRIAS

MIGRANTS AND REFUGEES IN BRAZIL: LINGUISTIC AND SOCIOCULTURAL BARRIERS AND OTHER PUBLIC-SECTOR CHALLENGES IN RESPONDING TO HUMANITARIAN CRISES

PAULO DANIEL ELIAS FARAH ¹[0000-0001-5616-036X]

ARTUR ORIEL PEREIRA ¹[0000-0001-7307-878X]

ABOBACAR MUMADE ALI ¹

MAÍRA COUTINHO TEIXEIRA ¹

¹ Universidade de São Paulo (USP)

paulof@usp.br, arturoriel@usp.br, abobacar01@usp.br,
maira.coutinho.teixeira@usp.br

Resumo. O Brasil tem se constituído como uma das principais rotas dos fluxos migratórios internacionais em que movimentos sociais, organizações não-governamentais e pesquisadores de universidades demandam uma ação do Estado e a responsabilidade do poder público para o atendimento das populações de diferentes procedências. Nesse contexto, a sobrevivência de migrantes e refugiados no país ainda é marcada por políticas segregacionistas, discriminatórias e desalinhadas dos princípios e das bases dos Direitos Humanos. As barreiras linguísticas e socioculturais presentes em diferentes espaços, incluindo os serviços públicos, representam um desafio constante na sociedade brasileira. Esta pesquisa tem como objetivo principal mapear as vivências de migrantes e refugiados na experimentação das cidades, nos equipamentos públicos e nos serviços de resposta às crises humanitárias implementados no Brasil. Baseia-se este estudo em entrevistas semi-estruturadas com migrantes, refugiados e profissionais da saúde e da educação, sobretudo da cidade de São Paulo. O material empírico emergiu de cartografia, observação participante e diário de bordo do professor-pesquisador com as ações interculturais entre criança-criança, adulto-criança e adulto-adulto. É preciso intensificar a construção de políticas de acolhimento nos diversos setores da sociedade brasileira, de maneira que pessoas migrantes e refugiadas consigam participar da elaboração coletiva de ações, horizontalizando, por exemplo, o alcance das políticas educacionais. Há de se dizer que a participação desta população envolve trocas recíprocas, permeadas por ações interculturais voltadas a responder a crises humanitárias.

Palavras-chave: Migração, Poder público, Resposta humanitária, Xenofobia, Racismo.

Abstract. Brazil has become one of the main routes for international migration flows, with social movements, non-governmental organizations, and university researchers demanding state action and public-sector responsibility in serving populations of different origins. Migrants and refugees in the country still face

forms of survival marked by segregationist and discriminatory policies that are misaligned with the principles and foundations of human rights. Linguistic and sociocultural barriers present in different spaces, including public services, represent a constant challenge in Brazilian society. This research aims primarily to map the experiences of migrants and refugees as they navigate cities, public facilities, and services responding to humanitarian crises implemented in Brazil. The study is based on semi-structured interviews with migrants, refugees, and health and education professionals, especially in the city of Sao Paulo. The empirical material emerged from cartography, participant observation, and the field diary of the teacher-researcher, focusing on intercultural actions among children, between adults and children, and among adults. Reception policies must be strengthened across different sectors of Brazilian society so that migrants and refugees can participate in the collective elaboration of actions, making policies, such as educational policies, more horizontal in their reach. The participation of this population involves reciprocal exchanges permeated by intercultural actions aimed at responding to humanitarian crises.

Keywords: Migration; Public authorities; Humanitarian response; Xenophobia; Racism

Introdução

O século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul Global. As restrições impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de pessoas migrantes e refugiadas consistem em relevante aspecto na reconfiguração das migrações e seus destinos na contemporaneidade. As trajetórias migratórias, experiências de trauma devido à violação dos Direitos Humanos, nos locais de origem e/ou de chegada, acarretam incontáveis situações nas quais pessoas migrantes e refugiadas têm dificuldades para exercer a participação cidadã (SILVA; FERNANDES, 2018). Nesse contexto, o Brasil tem se constituído como uma das principais rotas dos fluxos migratórios internacionais no qual movimentos sociais, organizações não-governamentais e pesquisadores das universidades reivindicam a ação do Estado e a responsabilidade do poder público para o atendimento das populações latino-americanas, africanas, asiáticas e europeias em todo o território nacional.

Neste III Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira, tendo *Mobilidades, Deslocamentos e Refúgio: os desafios das crises humanitárias* como tema, apresentaremos algumas perspectivas presentes na trajetória de mais de 15 anos dos estudos desenvolvidos por um grupo de pesquisa registrado no Diretório do CNPq, em 2009, que investiga mobilidades, deslocamento, migração, refúgio e apatridia em uma abordagem interdisciplinar. O grupo reúne docentes de diferentes áreas do conhecimento e pesquisadores de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. As pesquisas se desenvolvem no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (PPGHDL-FFLCH-USP), cujas temáticas relacionam-se à Agenda 2030 da ONU, que reconhece que a migração é um importante processo do desenvolvimento sustentável, assim como o combate ao racismo, à xenofobia, à intolerância religiosa, à LGBTQIAPN+fobia e outras formas de opressão. O PPGHDL e o Grupo de Pesquisa citado propõem-se também a desenvolver pesquisas que ajudem a integrar essas temáticas ao planejamento de políticas públicas locais e nacionais, bem como desenvolver abordagens que assegurem a participação das comunidades na formulação das ações e políticas que lhes dizem respeito.

Pesquisam-se aspectos linguísticos - como incorporar a língua materna dos estudantes nos serviços públicos e na vida acadêmica -, assim como estratégias de acolhimento cultural nos equipamentos públicos - escolas, unidades de saúde, serviços

de assistência social e proteção entre outros - e nos serviços de resposta às crises humanitárias - polícia federal, defensoria pública da união, centros de referência e atendimento ao migrante, organizações da sociedade civil para apoio à regularização migratória e acolhimento etc.

Compreende-se que os desafios das crises humanitárias da atualidade, com a intensificação das desigualdades sociais que expõem a insuficiência das políticas públicas para o acesso da população a um conjunto de direitos básicos relacionados a saúde, educação, emprego, moradia e assistência social, dentre outros, geram motivos suficientes para que se explorem as diversas questões relacionadas às diferentes formas de mobilidade humana, dos problemas enfrentados por pessoas migrantes e refugiadas às contribuições que as diásporas acadêmicas proporcionam à sociedade e à ciência.

Material e Métodos

Os estudos ocorreram por meio de entrevistas semi-estruturadas com migrantes, refugiados, profissionais da saúde e da educação, sobretudo da cidade de São Paulo. O material empírico emergiu de cartografia, observação participante e diário de bordo do professor-pesquisador com as ações interculturais entre criança-criança e adulto-criança.

Resultados

Em todo o território brasileiro, verificam-se diferentes grupos migrantes e refugiados internacionais, o que revela a complexa teia refinada da mobilidade humana. Nesse contexto, a sobrevivência de migrantes e refugiados no Brasil ainda consiste em políticas segregacionistas, discriminatórias e desalinhadas dos princípios e das bases dos Direitos Humanos.

A urgência que uma crise humanitária deflagrada com o deslocamento forçado em massa urge celeridade, o que não isenta a responsabilidade do poder público e da sociedade a respeito das inúmeras questões que envolvem o problema e direitos básicos como moradia, saúde, educação, assistência social, trabalho e etc.

As barreiras linguísticas e socioculturais presentes em diferentes espaços, incluindo os serviços públicos, representam um desafio constante na sociedade brasileira. É possível observar, por exemplo, que nas relações construídas no cotidiano de escolas em São Paulo, ao mesmo tempo em que se identificam ações potencializadoras entre crianças migrantes, refugiadas e brasileiras que tensionam as políticas educacionais voltadas à superação da exclusão e das desigualdades sociais, constata-se que, mesmo em espaços educativos, essas barreiras dificultam o acesso da população migrante e refugiada ao aprendizado, bem como aos serviços e bens em geral.

Além da questão linguística e da dificuldade de expressão em qualquer língua que não seja o português, os migrantes indocumentados são mais vulneráveis pois temem trazer suas necessidades à tona nos diferentes órgãos públicos e/ou apresentar reclamações oficiais contra serviços públicos que se caracterizam por serviços extremamente burocratizados e comumente sem preparo para lidar com as pessoas numa perspectiva intercultural; isso se deve ao receio de terem sua situação exposta. Ademais, pesquisas demonstram que uma parte significativa dos migrantes africanos desconhece as leis que condenam o racismo no Brasil como crime inafiançável e imprescritível.

Conclusões

É preciso intensificar a construção de políticas de acolhimento nos diversos setores da sociedade brasileira, de maneira que pessoas migrantes e refugiadas consigam participar da elaboração coletiva de ações, horizontalizando, por exemplo, o alcance das políticas educacionais. Há de se dizer que a participação desta população envolve trocas recíprocas, permeadas por ações interculturais voltadas para resposta a crises humanitárias; um exemplo a ser analisado é o da cidade de São Paulo, que em algumas iniciativas promove o exercício da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação, considerando o respeito às diferenças.

Criar ações afirmativas para populações do Sul Global também é uma forma de valorizar e incluir migrantes e refugiados. A presença dessas pessoas pode contribuir para uma maior compreensão da diversidade linguística e sociocultural na sociedade, visto que essa medida está prevista nas leis municipais e federais no Brasil. Constata-se a necessidade de políticas públicas interculturais, antirracistas, não-misóginas, inclusivas e plurais.

Ante o quadro exposto anteriormente sobre o desconhecimento entre migrantes da legislação brasileira, verifica-se a necessidade de divulgação das leis anti-discriminatórias, envolvendo a sociedade civil como um todo e as associações de migrantes e refugiados em particular na disseminação desses mecanismos, pois o associativismo é um dos meios para garantirem seus direitos na diáspora. Entende-se, portanto, ser fundamental o protagonismo dos próprios migrantes e refugiados nesse processo de garantia de direitos, em conjunto com pesquisadores na academia que têm seus trabalhos alinhados com as questões que envolvem as crises humanitárias sob uma abordagem anticolonial e em articulação direta com a sociedade.

Na interpretação e aplicação das políticas públicas, há que se enfrentar o racismo, a xenofobia e uma educação monocultural e monolíngue, bem como o despreparo profissional, para lidar com a complexidade da diferença cultural e racial que permeia os processos migratórios.

A nova gestão do Governo Federal, a partir do ano de 2023, e a retomada de fóruns coletivos de formulação de políticas públicas têm fomentado iniciativas em prol de migrantes e refugiados, mas ainda há um longo caminho a percorrer, ao constatar a realidade no cotidiano das escolas e universidades, das unidades básicas de saúde e de serviços públicos em geral. É urgente nos abirmos às possibilidades que as energias utópicas podem nos oferecer para desejarmos e lutarmos por um mundo melhor e de oportunidades.

Referências

SILVA, Filipe Rezende; FERNANDES, Duval Magalhães. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira. In: **Caderno de Debates**. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Brasília, 2018, n. 13. dez, p. 83-102. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/01/FINAL-para-web-IMDH-Caderno-de-Debates-ed13.pdf> Acesso em: 6 mar. 2024.